



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM: Práticas Pedagógicas Inovadoras no Trabalho de Alunos com Dificuldade De Aprendizagem

Cristiane dos Santos Silva¹

RESUMO

Sabe-se, hoje em dia, que há um grupo de alunos cujas desordens neurológicas interferem com a recepção, integração ou expressão de informação, refletindo-se, estas desordens, numa discapacidade ou impedimento para a aprendizagem da leitura, da escrita ou do cálculo, ou para a aquisição de aptidões sociais, que ao não ser abrangido pelos serviços e apoios da educação especial, sente um prolongado insucesso académico e, até, social que o leva, na maioria dos casos, ao abandono escolar. Estes alunos designam-se, geralmente, por alunos com dificuldades de aprendizagem específicas (DAE). No entanto, em Portugal, este não parece ser o caso. O Ministério da Educação ao não considerar as DAE como uma área das NEE com direito a serviços de educação especial, está a limitar o acesso dos alunos que apresentem DAE a programas educativos eficazes e, por conseguinte, a limitar-lhes a capacidade de aprenderem de acordo com as suas características e necessidades. Assim sendo, este artigo pretende propor uma definição de DAE que possa vir a facilitar a compreensão de uma problemática tão incompreendida e, deste modo, ajudar na elaboração de respostas educativas eficazes para os alunos que apresentem DAE.

Palavras-chaves: dificuldade de aprendizagem; dificuldade específica; educação especial.

¹ E-mail: cristiane-santos10@hotmail.com.br

1. INTRODUÇÃO

Dados da Associação Portuguesa de Pessoas com Dificuldades de Aprendizagem Específicas revelam que o número de alunos com estes distúrbios tem aumentado bastante nos últimos anos. A escolha específica pelo Distúrbio de Aprendizagem teve como motivação aprofundar o conhecimento nesse transtorno, através de uma revisão bibliográfica intensiva sobre a problemática utilizou-se como procedimento leitura exploratória, sobre a Dificuldade de aprendizagem com referenciais de leituras exploratórias a partir de autores especialistas na temática abordada (GOMES; PENHA, 2021).

A escolha do tema surgiu do desejo de conhecer as peculiaridades e a origem desse distúrbio, como também favorecer no processo de ensino aprendizagem, e auxiliar o professor no desenvolvimento e promoção de práticas pedagógicas adequadas para equidade no processo de ensino para com alunos portadores de Dificuldade de aprendizagem (LEITE; MANGEFESTE; FRANÇA, 2025).

Os Distúrbios de Aprendizagem (DA) continuam a ser negligenciadas dentro e fora do espaço escolar, mesmo sendo um considerável problema com maior taxa de prevalência (48%). Nos últimos anos,

muitas pesquisas foram desenvolvidas a esse respeito. Como resultados existem hoje referenciais teóricos que envolvem essa temática, e pode ajudar no diagnóstico, intervenção, formas de tratamento e prevenção do progresso desse distúrbio que afeta a vida escolar de muitos alunos dentro e fora da escola (ALVES; SANTOS, 2024).

A realidade sobre a Dificuldade de aprendizagem chama atenção para o desconhecimento sobre o transtorno e oferece uma ideia errônea do que é a intervenção nos transtornos que a Dificuldade de aprendizagem oferece. Esses problemas na sua aquisição tornam-se um obstáculo para o progresso escolar das crianças e tem efeitos em longo prazo, não só no desenvolvimento das capacidades cognitivas como também nas sociais, afetivas e motivacional de quem convive com esse distúrbio. É necessário que a escola se conscientize da necessidade de compreender a Dificuldade de aprendizagem como distúrbio e não como fracasso no processo de aprendizagem (VALLE, 2021).

METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, com enfoque na análise teórica acerca da temática **“Educação Especial e Dificuldade de Aprendizagem: Práticas**

Pedagógicas Inovadoras”. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de aprofundar o conhecimento sobre os distúrbios de aprendizagem e compreender suas implicações no contexto escolar, especialmente no desenvolvimento de práticas pedagógicas que favoreçam uma educação inclusiva e equitativa.

O procedimento metodológico adotado foi a revisão bibliográfica, realizada por meio de uma leitura exploratória e criteriosa de publicações acadêmicas, livros, artigos científicos e documentos oficiais, que abordam a dificuldade de aprendizagem, sua origem, características, diagnóstico e intervenções pedagógicas. Para isso, foram utilizados como principais referenciais os estudos de autores especializados na temática, além de outros materiais pertinentes.

A escolha da revisão bibliográfica teve como objetivo reunir conhecimentos atualizados, discutir os desafios enfrentados pelas instituições de ensino no atendimento aos alunos com dificuldades de aprendizagem e identificar práticas pedagógicas inovadoras que possam ser aplicadas no cotidiano escolar.

A análise dos dados ocorreu de forma qualitativa, através da organização dos conteúdos por categorias temáticas, como: origem dos distúrbios de aprendizagem, impacto no processo de ensino-

aprendizagem, desafios para a inclusão e práticas pedagógicas inovadoras. Essa sistematização permitiu compreender não apenas os fatores que dificultam a aprendizagem, mas também as estratégias que podem promover a superação dessas barreiras no ambiente escolar.

Por fim, a pesquisa respeitou os princípios éticos da produção acadêmica, priorizando fontes confiáveis e devidamente referenciadas, garantindo a integridade e a validade dos dados utilizados.

2. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INOVADORAS NO TRABALHO COM ALUNOS DIFICULDADE DE APRENDIZADO.

A área das dificuldades de aprendizagem, talvez por ser ainda bastante jovem, é aquela que tem experimentado mais crescimento, mais controvérsia e é, porventura, a mais confusa de todas aquelas que se inserem no espectro das necessidades educativas especiais (NEE) (SOUZA; SANTOS, 2021).

A história das dificuldades de aprendizagem revela um interesse crescente e uma tomada de atenção permanente por parte de uma variedade de profissionais – educadores, psicólogos, médicos, terapeutas, nutricionistas, pais e tantos outros –, todos eles empenhados no estudo

de processos que respondessem às necessidades das crianças cujos comportamentos eram incompatíveis com uma aprendizagem típica.³ Esta explosão de interesses resultou num conjunto de teorias, todas elas orientadas para o estudo de características e para a elaboração de uma definição que pudesse explicar esse afastamento de *uma aprendizagem típica*, por parte de um grupo significativo de crianças (CORREIA, 1991).

No entanto, ao analisarmos a literatura existente, verificamos que foi proposto um sem número de termos como, por exemplo, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, hiperatividade, dificuldades perceptivas, dificuldades de linguagem, dislexia, distúrbios de aprendizagem psiconeurológicos, e muitos mais, para designar uma problemática hoje conhecida entre nós por dificuldades de aprendizagem (BRANDINI et al. 2024).

O termo DA começou a ser usados frequentemente no início dos anos 60 para descrever uma série de incapacidade relacionadas com o insucesso escolar que não deviam ou podiam ser atribuídas a outros tipos de problemas de aprendizagem. Samuel Kirk é o seu mentor, propondo no seu livro intitulado *Educação da Criança Excepcional* (*Educating Exceptional Children*) uma definição de DA (KIRK,

1962) e popularizando-a numa conferência que apresentou na "*Conference on Exploration into Problems of the Perceptually Handicapped Child*" (KIRK, 1963).

O termo dificuldades de aprendizagem desde logo foi bem aceite por investigadores, educadores e pais, dado que dava relevância à componente educacional em detrimento da componente clínica (CORREIA, 1991).

No período inicial, anos 60, duas definições (KIRK, 1962; BATEMAN, 1965) deram corpo a um conjunto de definições posteriores, algumas usadas atualmente, dado que, cada uma delas, continha elementos que hoje em dia se reconhecem como essenciais para a identificação de indivíduos com DA. Pela sua importância e pertinência passo a descrevê-las a seguir.

Como já referi atrás, a primeira definição de DA foi proposta por Samuel Kirk no seu livro *Educação da Criança Excepcional*. O termo referia-se a:

[...] um atraso, desordem ou imaturidade num ou mais processos da linguagem falada, da leitura, da ortografia, da caligrafia ou da aritmética, resultantes de uma possível disfunção cerebral e/ou distúrbios de comportamento e não dependentes de uma deficiência mental, de uma privação sensorial, de uma privação cultural ou de

um conjunto de fatores pedagógicos. (KIRK, 1962, p.263).

Esta definição, cuja ênfase se pretendia educacional, para além de ter sido muito bem recebida, influenciou outros investigadores. Um deles, Barbara Bateman, propôs uma nova definição cujo carácter inovador ainda hoje se lhe reconhece. A sua definição, baseada nas correntes da época, diz que: Uma criança com dificuldades de aprendizagem é aquela que manifesta uma discrepância educacional significativa entre o seu potencial intelectual estimado e o seu nível atual de realização, relacionada com as desordens básicas dos processos de aprendizagem que podem ser ou não acompanhadas por disfunção do sistema nervoso central, e que não são causadas por deficiência mental generalizada, por privação educacional ou cultural, perturbação emocional severa ou perda sensorial (BATEMAN, 1965, p.220).

Esta definição constituiu um marco histórico dado que englobava três fatores importantes que a caracterizavam: discrepância, irrelevância da disfunção do sistema nervoso central e exclusão. Quanto ao fator "discrepância", a criança com dificuldades de aprendizagem é considerada como possuindo um potencial intelectual acima da sua realização escolar, considerando ela,

no entanto, que para a determinação dos problemas educacionais da criança não era capital evidenciar uma possível "lesão cerebral" (BATEMAN, 1965, p.220).

Quanto ao fator de *exclusão*, a definição sugeria que as dificuldades de aprendizagem da criança não eram devidas a deficiência mental, perturbação emocional, deficiência visual ou auditiva ou a privação educacional ou cultural.

A definição de Barbara Bateman introduzia, ainda, o termo *criança*, o que, na minha perspectiva, poderia querer chamar a atenção para a importância do desenvolvimento de programas individualizados que respondessem às necessidades das crianças que se enquadrassem no espírito da definição (BATEMAN, 1965).

Em 1968, quando Kirk presidia ao *National Advisory Committee on Handicapped Children* (NACHC), uma vez que era diretor da *Division for Handicapped Children* do Ministério de Educação Americano (*US Office of Education*), propôs uma nova definição de DA que diz o seguinte: As crianças com dificuldades de aprendizagem especiais (específicas) possuem uma desordem em um ou mais dos processos psicológicos básicos envolvidos na compreensão ou uso da linguagem falada ou escrita. Estas dificuldades podem manifestar-se por desordens na recepção da

linguagem, no pensamento, na fala, na leitura, na escrita, na soletração ou na aritmética. Tais dificuldades incluem condições que têm sido referidas como deficiências perceptivas, lesão cerebral, disfunção cerebral mínima, dislexia, afasia de desenvolvimento, etc. Elas não incluem problemas de aprendizagem resultantes principalmente de deficiência visual, auditiva ou motora, de deficiência mental, de perturbação emocional ou de desvantagem ambiental. (USOE, 1968).

Esta definição, tal como a de Bateman, dava ênfase ao fator de *exclusão*, incluindo nesse fator as perturbações emocionais que, na definição inicial (Kirk, 1962), eram consideradas como uma possível causa das DA. Propunha, também, a inserção das *desordens do pensamento* como uma das características das DA e incluía o termo *crianças* para que fosse possível subsidiar os sistemas escolares e permitir aos alunos que apresentassem DA o usufruto de serviços de educação especial (SMITH et al. 1997).

3. UM BREVE PANORAMA SOBRE A DIFICULDADE DE APRENDIZAGEM

Específico da aprendizagem, a Dificuldade de aprendizagem é um transtorno considerado como neurológico e que pode complicar a vida intelectual de

pessoas de todas as origens. As causas exatas desse distúrbio ainda não foram plenamente esclarecidas, porém imagens neurológicas mostram que existe uma diferença no desenvolvimento do funcionamento do cérebro e também forte indicativo de componente genético, assim quando os pais ou irmãos apresentam Dificuldade de aprendizagem aumenta a probabilidade de aparecer consequências secundárias do transtorno, sendo também comprovado por estudos clínicos que 50% das crianças com Dificuldade de aprendizagem tem pais ou irmãos com o mesmo problema (GOMES; PENHA, 2021).

Segundo Moura (2013) Os disléxicos recebem informações em uma área diferente do cérebro, portanto o cérebro dos disléxicos é normal. Infelizmente essas informações em áreas diferentes resultam de falhas nas conexões cerebrais. O resultado é que devido a essas falhas no processo de leitura, eles têm dificuldades de aprender a ler, escrever, soletrar, pois é difícil assimilarem as palavras.

“A Dificuldade de aprendizagem é uma perturbação da linguagem que tem na sua gênese um difícil fonológico. As dificuldades de orientação espacial, lateralidade, identificação direta e esquerda, psicomotoras e grafo motoras são independentes da Dificuldade de aprendizagem. Podem existir

subgrupos que, em comorbilidade, apresentem essas perturbações” (TELES 2004).

A Dificuldade de aprendizagem é caracterizada na falta de precisão ou fluência no reconhecimento de palavras, além da pouca capacidade de decodificação e soletração das mesmas. Dentre as habilidades cognitivas o déficit no processo fonológico fica muito abaixo do esperado quando a Dificuldade de aprendizagem acontece e termina por prejudicar consequentemente na compreensão da leitura e avanço no aprendizado. Estimativas indicam que 3% a 10% de educando sofrem em decorrência da Dificuldade de aprendizagem (ALVES; SANTOS, 2024).

De acordo com Fonseca (2011) o conceito básico de Dificuldade de aprendizagem expressa “dificuldade da fala ou da dicção”. Do ponto de vista comportamental, a Dificuldade de aprendizagem distingue-se por dificuldades no reconhecimento correto de palavras e na capacidade de decodificá-las.

Fonseca (2011) enfatiza que na grande maioria das definições, o critério da falta de habilidade no nível fonológico é constante, bem como a dificuldade no reconhecimento de vocábulos. Em todos os estudos verificados por Fonseca (2011), ocorreu exclusão de fatores

socioeconômicos e do fator inteligência. Alguns chegam a afirmar que os disléxicos são na verdade, pessoas muito talentosas, com habilidades básicas comuns que se não forem suprimidas pela sociedade, resultarão em seres extraordinariamente criativos. Na realidade, existem espectros e tipos de Dificuldade de aprendizagem, que variam de acordo com as definições adotadas. É possível defini-los pela área de dificuldade.

Em seu estudo Almeida (2009) enumera os tipos mais comuns de Dificuldade de aprendizagem. A partir do diagnóstico de especialistas como fonoaudiólogos, psicólogos, psicopedagogos dentre outros, o resultado disso foram cinco tipos de Dificuldade de aprendizagem:

- Dificuldade de aprendizagem disfonética, que resulta em dificuldade e percepção auditiva na análise e síntese de fonemas, dificuldades temporais, e nas percepções da sucessão e da duração. A mesma trata de uma dificuldade no campo da escrita.
- Dificuldade de aprendizagem diseidética, que está relacionada com dificuldades na percepção visual do indivíduo, sobretudo na sua percepção gestáltica que devido a uma alta carga emocional, demonstrada durante a leitura e escrita o indivíduo apresenta uma série de dificuldades. Sendo que esse tipo de

Dificuldade de aprendizagem apresenta uma dificuldade maior na leitura do que na escrita, por se tratar de uma dificuldade no campo visual do sujeito. Para Pinto (2012), esse tipo de Dificuldade de aprendizagem é o mais comum em vários casos, pois:

“Embora tenha sido utilizadas várias expressões equivalentes para definir as dificuldades específicas de leitura, o termo tradicionalmente mais utilizado é o de Dificuldade de aprendizagem. Deste modo o termo Dificuldade de aprendizagem é atualmente aceito referindo-se um subgrupo de desordens dentro do grupo das Dificuldade de aprendizagens” (PINTO, 2012).

- Dificuldade de aprendizagem visual, que está relacionada com a coordenação vasomotora do indivíduo afetado pelo transtorno “deficiência na percepção visual; na coordenação viso motora, não visualiza cognitivamente o fonema” (PINTO, 2012, p. 24).
- Dificuldade de aprendizagem auditiva está relacionada com a deficiência comum na área auditiva do indivíduo na percepção auditiva, a deficiência ocorre na memória auditiva dos portadores. No entanto, a variedade ou tipo de Dificuldade de aprendizagem que nos interessa é a Dificuldade de aprendizagem lexical que reside “na operação da rota lexical (preservada ou relativamente preservada a

rota fonológica), afetando a leitura de palavras irregulares” (ALMEIDA, 2009, p.10).

No Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtorno Mental - DSM, Dificuldade de aprendizagem está inserida dentro de uma categoria mais ampla chamada de transtorno do neurodesenvolvimento, sendo um transtorno específico da aprendizagem. Segundo o manual para o diagnóstico de transtorno da Dificuldade de aprendizagem é preciso identificar ao menos um dos seguintes sintomas:

1. Leitura de palavras é feita de forma imprecisa ou lenta, demandando muito esforço. A criança pode, por exemplo, ler palavras isoladas em voz alta, de forma incorreta (ou lenta e hesitante); frequentemente, tenta adivinhar as palavras e ter dificuldade para soletrá-las;
2. Dificuldade para compreender o sentido do que é lido. Pode realizar leitura com precisão, porém não compreendem a sequência, as relações, as inferências ou os sentidos mais profundos do que é lido;
3. Dificuldade na ortografia, sendo identificado, por exemplo, adição, omissão ou substituição de vogais e/ou consoantes;
4. Dificuldade com a expressão escrita, podendo ser identificados múltiplos erros de gramática ou pontuação nas frases; emprego ou organização inadequada de parágrafos; expressão escrita das ideias sem

clareza.

A presença de um ou mais desses sintomas no cotidiano escolar ou familiar não significa dizer que uma criança ou adolescente tenha Dificuldade de aprendizagem, sendo que esses mesmos podem ser decorrentes de outros fatores seja ele escolar ou não, mas que inclui: síndromes neurológicas diversas, transtornos psiquiátricos, problemas emocionais e fatores de ordem socioambiental e até mesmo os pedagógicos (LEITE; MANGEFESTE; FRANÇA, 2025).

Em relação aos fatores de riscos para Dificuldade de aprendizagem esses podem ser percebidos na fase precoce do transtorno, geralmente observa-se uma dificuldade na consciência fonológica e no reconhecimento das letras, só bem depois pode ser observada uma grande dificuldade na decodificação das palavras que consequentemente vai prejudicar e comprometer a fluência da leitura, escrita e até o mau desenvolvimento em alguns casos da matemática, sendo esse na maioria dos casos não evidente na fase inicial.

“A Dificuldade de aprendizagem persiste apesar de boa escolaridade. É preciso que pais, professores e educadores em geral estejam cientes de que o número de crianças disléxicas é muito grande. Caso não haja uma atenção

especial para esses casos, as crianças acometidas por esse distúrbio serão rotuladas e confundidas com preguiçosas ou más disciplinadas, pois é normal que elas expressem frustração, representada pelo mau comportamento dentro ou fora do âmbito escolar” (GONÇALVES E NAVARRO, 2012).

Por conta da Dificuldade de aprendizagem muitas crianças e adolescentes podem ser afetados por outros problemas. Porém deve se atentar para outros aspectos que costumam afetar como o comprometimento da linguagem, desatenção, ansiedade e depressão. Na maioria dos casos só na fase adulta os sintomas da Dificuldade de aprendizagem ficam mais evidentes e são identificados facilmente por pais e educadores. Porém todos devem atentar para tantos, precocemente ainda na escola na infância ou adolescência (VALLE, 2021).

Afastar-se da ideia que a Dificuldade de aprendizagem tem como sua principal base a leitura e escrita não significa deixar de lado problemas como habilidades cognitivas, e os de ordem psicossocial, sendo esses os maiores entraves no desempenho global da criança e adolescentes e que vão comprometer a qualidade de vida dos mesmos, por isso é importante valorizar e avaliar cada problema quando surgidos seja na escola,

família ou sociedade (SOUZA; SANTOS, 2021).

Sendo assim, tem-se a dimensão da importância do papel da escola no processo de descoberta na fase inicial do distúrbio da Dificuldade de aprendizagem. A tarefa de descoberta cabe principalmente ao professor, a prevenção e condução adequada do processo de ensino-aprendizagem e principalmente na inclusão de práticas pedagógicas inovadoras no trabalho com crianças e adolescentes que tenham dificuldade com a leitura/escrita e todas as existentes. Dificuldade de aprendizagem é um transtorno de aprendizagem de leitura e escrita, e somente por meio de métodos e práticas psicopedagógicos é possível alfabetizar o disléxico. Além do que, o diagnóstico só poderá ser feito após a criança começar a sua vida escolar (BRANDINI et al. 2024).

4. DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM COMO PROCESSO DE INCLUSÃO

Quando se trata de distúrbios de aprendizagem, há uma contradição no que diz respeito à conceituação pelo fato dos termos transtornos e dificuldades serem usados como sinônimos, no entanto cada termo possui a sua peculiaridade quando se estuda esse problema. As Dificuldades de Aprendizagem estão relacionadas com problemas de origem pedagógica e/ou

sociocultural, ou seja, as dificuldades não estão envolvidas com nenhuma causa orgânica é algo extrínseco ao indivíduo. Já os transtornos e ou Distúrbios de Aprendizagem relacionam-se com problemas na aquisição e no desenvolvimento de funções cerebrais envolvidas no ato de aprender e são de origem intrínseca ao indivíduo (GOMES; PENHA, 2021).

Portanto, a educação inclusiva requer interação entre os envolvidos no processo educativo, visando à totalidade, numa perspectiva global que contemple todos os alunos com Distúrbios de Aprendizagem, isso requer trabalhar com a realidade do aluno seja no individual ou coletivo tendo como resultado aperfeiçoamento significativo, para a formação de indivíduos conscientes no desenvolvimento da aprendizagem (LEITE; MANGEFESTE; FRANÇA, 2025).

A educação inclusiva não surgiu ao acaso. Ela é um produto histórico de uma época e realidade educacional contemporânea. Na atual LDB, a educação especial é considerada como uma modalidade da educação. A mesma, forma intelectualmente o indivíduo, seja no individual ou social qualificando-o para o trabalho. Partindo do pressuposto que todo indivíduo tem limitações e capacidades, a LDB no ano de 1996, reitera a legislação

federal apontando que a educação dos portadores de necessidades especiais deve-se dar preferencialmente na rede regular de ensino (ALVES; SANTOS, 2024).

A inclusão remete a pensar questões do acesso e da qualidade na educação de alunos no processo de ensino aprendizagem, essa vem chamando atenção do sistema de ensino para a necessidade de uma nova organização nas práticas educacionais a partir de uma visão abrangente do currículo, com vistas à eliminação das barreiras que dificultam ou impeçam a aprendizagem de todos os alunos dentro ou fora da escola.

“A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um” (MANTOAM, 2003).

Neste sentido, a política de educação inclusiva pressupõe o desenvolvimento de ações estruturadas, para investir na criação de uma política de formação continuada para os profissionais da educação. A partir dessa, será possível a abertura de espaços de reflexão para atender as especificidades de cada aluno no processo educacional, dentre

elas, a ampliação da oferta de recursos e serviços que asseguram condições de inclusão ao aluno com Distúrbios da Aprendizagem ou necessidades educacionais especiais (VALLE, 2021).

A inclusão é parte integrante do ensino e da aprendizagem assim torna-se indispensável ao processo de escolarização, porém, a ação de inclusão dos Distúrbios de Aprendizagem nos processos da educação inclusiva, continua sendo um tema polêmico. Há inúmeras críticas aos procedimentos de práticas de inclusão, frequentemente usados em sala de aula pelo professor com o intuito de incluir alunos portadores desses. É preciso construir uma perspectiva verdadeiramente democrática sobre a inclusão da aprendizagem de alunos com Distúrbios de Aprendizagem, refletir no processo de inclusão no sentido de criar práticas pedagógicas democráticas em questão do estudo, onde esse possa torna-se para os mesmos um momento privilegiado de estudo e não como um acerto de contas. Pois a finalidade tanto do ensino como da aprendizagem é criar condições para o desenvolvimento de competências do aluno seja ele portador de distúrbios ou não (SOUZA; SANTOS, 2021).

A Proposta de estimativa para a inclusão necessita de uma nova visão sobre os Distúrbios de Aprendizagem, não mais a tradicional, mecanicista que permeia a

educação e as ações pedagógicas, mas a que trabalha o desenvolvimento de todos os sujeitos no ato educativo e entendidos por todos (BRANDINI et al. 2024).

É fundamental tratar os Distúrbios de Aprendizagem como parte de um processo mais amplo que contribui bastante com o fracasso escolar, a partir de mecanismos que constituam possibilidades de reversão desse quadro. A inclusão e construção de práticas que melhore o rendimento escolar de todas as crianças envolvidas nesse transtorno, começa a ser perceptível em sala de aula. O processo da inclusão escolar está profundamente marcado pela necessidade de criação de uma nova cultura sobre os Distúrbios de Aprendizagem que vá além dos limites técnicos e a incorporação de práticas com dimensão ética, não devendo ser encarada como um processo em que o educando necessita devolver ao educador o que ele recebeu, o educando deve construir seu próprio conhecimento e utilizá-lo quando o mesmo achar necessário (GOMES; PENHA, 2021).

O trabalho com o educando portador de Distúrbios de Aprendizagem não deve ser isolado de alunos sem o transtorno, sendo que a inclusão faz parte do ato educativo. O conteúdo curricular a ser desenvolvido pelo professor deve ser o mesmo para todos os alunos, o que difere

são as adaptações curriculares necessárias para atingir também o aluno com distúrbios no processo de aprendizagem por isso é preciso o uso de materiais diversificados (jornais, revistas, propagandas, notícias, filme, computador, televisão, cartazes, etc.) que servirão para o melhor entendimento do que está sendo apresentado para o aluno com Dificuldade de aprendizagem, também facilitarão o entendimento por parte de todos os alunos, incluído aquele que tem um problema de aprendizagem ou os mais distraídos. Segundo Jerusalinsky & Paez (2001).

São poucas as experiências onde se desenvolvem os recursos docentes e técnicos e o apoio específico necessário para adequar às instituições escolares e os procedimentos pedagógico-didáticos às novas condições de inclusão. (JERUSALINSKY & PAEZ, 2001).

Investir mais em Formação Continuada dos Educadores para que dominem as técnicas mais eficazes das necessidades especiais dos educando, produzindo atividades vistas como alternativas pedagógicas que sirvam para melhorar a leitura e interpretação de textos, trabalhos em grupo, relatórios descritivos de desempenho individual, reuniões pedagógicas por série ou turma, registros de observações ou produções do educando,

entre outros exemplos que podem ser trocados com equipes pedagógicas das escolas da rede e, por meio de assessorias pedagógicas, disponibilizadas nas formações continuadas presenciais e a distância através das tecnologias da informação e formação (GOMES; PENHA, 2021).

Por ser a escola um espaço de formação e construção de valores, o educador precisa conhecer e apropriar-se das formas legais de inclusão como reforço para o desenvolvimento da educação inclusiva de alunos com Distúrbios de Aprendizagem na sala de aula (SOUZA; SANTOS, 2021).

Assim a inclusão desses no contexto escolar precisa ser percebida mais claramente nas práticas cotidianas da sala de aula. A escola tem um papel fundamental para a mudança deste olhar. As crianças consideradas “normais” que convivem com as crianças diferentes tem uma oportunidade de se tornarem adultos melhores. Sendo na escola que são ensinadas as primeiras regras de convivência em sociedade, é onde nos deparamos com pessoas muito diferentes de nós, e onde são determinados alguns limites que devem ser seguidos (SOUZA; SANTOS, 2021).

CONCLUSÃO

Procurou-se demonstrar neste artigo que as práticas pedagógicas, são elementos essenciais não só para a identificação dos fatores de risco da Dificuldade de aprendizagem, mas também para o seu diagnóstico e intervenção. A aquisição das competências de leitura e escrita é objetivo fundamental da escola, pois esta aprendizagem funciona como a base de todas as outras. Assim o sucesso do processo interventivo das práticas dependerá, em grande parte, da atuação da escola, já que é nela que a criança permanece a maior parte do seu tempo.

Ressalta-se, ainda, que o processo de intervenção escolar não se encerra quando a criança com Dificuldade de aprendizagem aprende a codificar e decodificar palavras e textos, já que a compreensão na leitura geralmente está prejudicada. Assim, durante todo o processo educativo, a criança e adolescente podem necessitar de atenção, muitas vezes individualizada.

Intervenções com especialistas são fundamentais e, certamente, serão necessárias no curso do desenvolvimento da criança com Dificuldade de aprendizagem. Entretanto, deve-se ter clareza que se trata de um trabalho de parceria com outros técnicos, se necessário. A família, pólo

essencial para o equilíbrio emocional da criança, não pode em hipótese alguma ficar de fora do processo de intervenção na escola, sem a mesma, correr o risco de se produzir fracasso escolar, com todas as consequências que isso envolve.

Apesar de todos os entraves vivenciados no nosso contexto educacional, considera-se que a intervenção com práticas pedagógicas adequadas, para alunos com Dificuldade de aprendizagem dentro do espaço escolar é possível e viável, desde que haja estudo constante, formação continuada e, principalmente, envolvimento e perseverança por parte de toda comunidade escolar. No decorrer da pesquisa foi possível observar como a escola atende o aluno disléxico e quais as ações pedagógicas são usadas para auxiliar no desenvolvimento cognitivo do mesmo. Contudo o espaço escolar deve oferecer os recursos materiais e humanos que ajudem a superar as dificuldades de aprendizagem de acordo com as necessidades individuais de cada aluno.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Giselia Souza dos Santos de. Dificuldade de aprendizagem: O Grande Desafio em Sala de Aula. Revista Eletronica de Divulgação Cientifica da Faculdade. 2º ed.2009.
- ALVES, Renato de Carvalho; SANTOS, Geisa Abreu Lira Corrêa dos. Um estudo sobre a presença de disciplinas relacionadas à Educação Especial nas licenciaturas em Matemática no Rio de Janeiro. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 46, 17 de dezembro de 2024.
- BARBOSA, Laura Monte Serrat. A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: Expoente, 2001.
- BARBOSA, Laura Monte Serrat. Psicopedagogia– um diálogo entre a psicopedagogia e a educação. 2.ed.Curitiba: Bolsa Nacional do Livro, 2006.
- BRANDINI, Fernanda Salla; BROWN, Denise Altevogt; SIGNORELLI, Daniele de Fátima Gomes; SONNEMANN, Lucimara Barbosa; SCHERER, Susana Schneid. As possibilidades e os limites da inclusão: entre o cuidar e o educar na Educação Infantil. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº 19, 4 de junho de 2024.
- FONSECA, Rosamaria Maria Reboredo Martins da. O desenvolvimento da competência linguística na Dificuldade de aprendizagem. Especialização em Psicopedagogia Institucional. Universidade Cândido Mendes. Rio de Janeiro: RJ. 2011.

GOMES, Cristiane Patrícia Rocha; PENHA, Pedro Xavier da. Mapeando as principais dificuldades de aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental: estudos na Revista Cefac. Revista Educação Pública, v. 21, nº 11, 30 de março de 2021.

GONÇALVES, D. NAVARRO, E. Como Trabalhar Com Criança Disléxica. Interdisciplinar: Revista Eletrônica da Univar. 2012.

HENNIGH.K. A. Compreender a Dificuldade de aprendizagem: um guia para pais e professores. Porto: Porto Editora, 2003.

JERUSALISKY, A. & CANIZA DE PÁEZ, S.M. Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 20/12/1996. Artigo 12 inciso V.

LEITE, Charles de Castro; MANGEFESTE, Hellen Abreu Nascimento; FRANÇA, Marileide Gonçalves. Configuração da Educação Especial em Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 25, nº 9, 12 de março de 2025.

MANTOAN, M.T.E Inclusão escolar: o que é? porque? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MDETMM - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM-5, estatísticas e ciências humanas: inflexões sobre normalizações e normatizações. 2018.

MORAIS, Antônio Manoel Pamplona. Distúrbios de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. 12. ed. São Paulo: EDICON, 2006.

MOURA, Suzana Paula Pedreira Tavares de. A Dificuldade de aprendizagem e os desafios pedagógicos. Especialização em Orientação Educacional e Pedagógica. Universidade Cândido Mendes. Niterói: RJ. 2013.

NATIONAL JOINT, Committee on Learning Disabilities. Collective perspectives on issues affecting learning disabilities: Austin, TX: Pro-Ed. 1994.

PINTO, T.R.K. Dificuldade de aprendizagem em sala de aula: como lidar, 2003.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: construindo uma sociedade para todos. 6

ed.Rio de Janeiro: WVA, 2005.

SERRA, H e ALVES, T. Dificuldade de aprendizagem: Cadernos de reeducação pedagógica, Porto. Porto Editora, 2008.

SHAYWITZ, Sally. Vencer a Dificuldade de aprendizagem-Como dar resposta às perturbações da leitura em qualquer fase da vida. Porto. Porto Editora, 2008.

SOUZA, José Clécio Silva de; SANTOS, Décio Oliveira dos. Inclusão: desafios do atendimento educacional especializado. Revista Educação Pública, v. 21, nº 46, 21 de dezembro de 2021.

TELES, Paula (2008). Abecedário e Silabário. Lisboa. Distema Editora,2008.

UNESCO (1994) – Declaração de Salamanca e Enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais – Inovação, Vol. 7 nº 1 – Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 1994.

VALLE, Paulo Roberto Dalla. Percepções do segundo professor de turma sobre o ensino remoto em tempos de pandemia: emergências percebidas. Revista Educação Pública, v. 21, nº 20, 1 de junho de 2021.